

# As parcerias público-privadas na educação infantil no Brasil a partir das produções acadêmicas

## RESUMO

Este texto discute o tema das Parcerias Público-Privadas (PPP) na Educação Infantil no âmbito das produções acadêmicas no Brasil e objetiva apresentar os resultados destes estudos, mapeando os principais achados das pesquisas já realizadas no país, e analisando as implicações que esta forma de oferta de serviço público (via parceria entre governos municipais e instituições privadas sem fins lucrativos) tem produzido no campo da educação de crianças pequenas (0-5 anos de idade). A pesquisa constitui-se em um estudo documental sobre as PPP na Educação Infantil em nível nacional, realizando uma análise “panorâmica” dos estudos até então produzidos sobre o tema pelos pesquisadores brasileiros. O estudo teve, como base de dados para o levantamento das produções, a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD). O estudo revela que, nas produções levantadas, os eixos de análise que mais têm ocupado os pesquisadores sobre o tema das PPP na Educação Infantil são: número de matrículas; condições de trabalho docente; qualidade da oferta, que se desdobra em infraestrutura das instituições conveniadas e formação docente; controle social dos recursos transferidos às instituições-parceiras; termos de contrato e/ou parcerias com as instituições privadas-conveniadas; e montante dos recursos públicos transferidos a essas instituições para a prestação dos serviços.

**PALAVRAS-CHAVE:** parceria público-privada. educação infantil. direito à educação. Política Pública

**Luizete Cordovil Ferreira da Silva**

[lucordovil02@gmail.com](mailto:lucordovil02@gmail.com)

<http://orcid.org/0000-0002-2186-7952>

Universidade Federal do Pará -UFPA,  
Belém, Pará, Brasil

**Dalva Valente Guimarães Gutierrez**

[dalva.valente@gmail.com](mailto:dalva.valente@gmail.com)

<http://orcid.org/0000-0002-5157-6400>

Universidade Federal do Pará -UFPA,  
Belém, Pará, Brasil

## INTRODUÇÃO

Não são recentes os embates político-ideológicos e jurídico-normativos em torno do tema da relação público-privado no campo da oferta de serviços sociais no Brasil. Na educação, em particular, os estudos mostram como esta relação vem se constituindo resultado de uma lógica de apropriação da esfera pública pelos setores privados hegemônicos, em que a noção do “público”, tem se constituído, historicamente, como um espaço de manutenção de privilégios burgueses e de exclusão de direitos da maioria da população brasileira (Pires, 2015).

No campo da Educação Básica, o tema das Parcerias Público-Privadas (PPP) têm acirrado os embates no contexto atual da educação pública brasileira, marcado por uma política de austeridade fiscal que, de resto, tem provocado uma maior disputa em torno do fundo público, já que a transferência de recursos financeiros da educação pública para instituições privadas (conveniadas com as redes públicas de ensino) representa grande ameaça à garantia do direito à educação como política pública social.

Assim, desde o início dos anos 2000, assistimos à aprovação de um novo arcabouço legal/normativo e institucional sobre a prestação de serviços públicos pela administração brasileira que, no campo particular da Educação Infantil, tem induzido os governos municipais a instarem, em suas redes públicas de ensino, um verdadeiro processo de Privatização da Educação, por meio de diferentes dimensões da oferta pública de serviços educacionais, especialmente via oferta de matrículas a crianças de 0 a 5 anos de idade, em instituições privadas de ensino, via subvenção pública.

Desmistificando a premissa liberal-burguesa da neutralidade classista do Estado e da ausência de concentração de poder político em grupos privilegiados (Boron, 1994), estas mudanças na estrutura e dinâmica da administração pública brasileira revelam bem o papel mediador do Estado na reprodução dos interesses do capital no setor dos serviços sociais, adequando a educação à nova conjuntura de acumulação capitalista.

Como “[...] a expressão mediatizada da dominação política nas sociedades classistas” (Boron, 1994, p. 249), seu papel mediador nos interesses dos grupos privatistas no âmbito da educação brasileira tem sido decisivo para que a supremacia econômica, política e ideológica da burguesia se projete no âmbito mais global da sociedade, constituindo-se ilusória a limitação de seu poder nas disputas entre interesse públicos e privados no campo educacional.

Este processo, por outro lado, tem mobilizado diferentes setores da sociedade civil organizada em torno da defesa da educação como direito de usufruto coletivo e, portanto, como política pública. Na disputa em torno do direito à educação pública, gratuita, laica, inclusiva e de qualidade social para todos, as instituições de ensino e pesquisa, por exemplo, também vêm se dedicando à análise dos processos de privatização da educação pública por meio de seus grupos de estudos e pesquisa, no sentido do enfrentamento da lógica

(mercantil) instituída na educação brasileira por meio de diferentes processos de privatização das políticas públicas educacionais (Oferta, Currículo e Gestão da Educação), como concluem Garcia e Adrião (2018), materializados na comercialização de produtos e serviços educacionais entre os setores público e privado.

No campo da educação básica, a Educação Infantil tem sido alvo das mudanças impostas pelo capital à administração pública brasileira no que tange à oferta destes produtos e serviços educacionais, e a dimensão da oferta de matrículas em creches e pré-escolas vem sofrendo grandes rebatimentos na provisão dos serviços.

Este texto discute o tema das PPPs na Educação Infantil no âmbito das produções acadêmicas da área, e objetiva apresentar os resultados destes estudos, mapeando os principais achados das pesquisas já realizadas no Brasil, e analisando as implicações que esta forma de oferta de serviços (parceria entre governos municipais e instituições privadas sem fins lucrativos) tem produzido no campo da educação de crianças pequenas (0-5 anos de idade).

Assim, a pesquisa constitui-se em um estudo documental sobre as PPPs na Educação Infantil em nível nacional e se propõe a um mapeamento dos estudos até então produzidos no país, sobre as parcerias entre poder público e instituições privadas para a provisão de serviços educacionais nesta etapa da educação básica.

Para tanto, realizamos um levantamento das produções acadêmicas sobre o tema em um diretório específico: a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), utilizando-se dois filtros básicos: “área de conhecimento” (Educação) e “tipo de documento” (Teses e Dissertações).

Para esse levantamento, utilizamos o título “Parceria Público-Privada na Educação Infantil”, como descritor de busca. Entre as Teses e Dissertações levantadas, localizamos 06 Teses e 33 Dissertações, totalizando, num primeiro momento, 39 produções. Desse total de produções localizadas, 02 se repetem, sendo contadas somente uma vez cada uma delas.

Utilizando também os filtros “leitura do título” e “leitura do resumo”, esse número caiu para 27 produções, restringindo o estudo em 04 Teses e 23 Dissertações após a aplicação destes filtros. Em alguns casos, a leitura do texto da “Introdução” das produções levantadas se fez necessária para a decisão de inclusão ou exclusão da produção em nossa base de dados.

Com o objetivo de fazer o levantamento do maior número possível de produções já realizadas na área, e considerando o fato de se tratar de um tema novo no campo da política educacional brasileira voltada para a primeira infância (0-5 anos de idade), optamos por não definir uma série histórica para a busca. Pela mesma razão, na fase de maior refinamento da busca, utilizamos apenas o filtro “Idioma em Português”.

Desse levantamento, as produções analisadas neste estudo estão assim organizadas:

**TABELA 1** Produção Acadêmica sobre Parceria Público-Privada na Educação Infantil - Teses e Dissertações na BDTD

Descritor	Total Disponível Sem Filtro	Teses	Dissertações	Total Selecionado
		Com Filtro		
Parceria Público-Privada na Educação Infantil	39	04	23	27
<b>Total</b>				27

Fonte: Produzido pela autora

No primeiro momento, o estudo faz uma análise geral das produções localizadas, destacando as regiões do país em que mais se tem produzido estudos sobre o tema das PPP na Educação Infantil; as instituições em que elas mais têm sido produzidas (públicas, privadas, pública federal, pública estadual, pública municipal); os cursos aos quais mais estão vinculadas (mestrado e doutorado) e período ou década em que elas mais foram produzidas/defendidas.

No segundo momento, a pesquisa apresenta os resultados destes estudos, separados entre teses e dissertações, por meio de um mapeando dos principais achados das pesquisas localizadas, fazendo uma relação entre estes achados e as implicações que as parcerias entre governos municipais e instituições privadas têm produzido no campo da educação infantil como política pública.

Mas, para uma maior compreensão das implicações das PPPs na oferta e na qualidade da oferta dos serviços prestados nas creches e pré-escolas conveniadas às redes públicas municipais de ensino, fazemos também algumas considerações teóricas sobre o tema das PPP na oferta pública de serviços sociais, situando-o no contexto das mudanças imprimidas no papel do estado na atual fase de reprodução do capital.

### **NOVA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E TERCEIRO SETOR: SITUANDO A POLÍTICA DAS PPP**

No Brasil, a década de 1990 é marcada por amplas reformas na administração pública do país. Sob bases neoliberais, o governo brasileiro vem imprimindo mudanças administrativas de grande impacto na política econômica e social. No campo da provisão dos serviços públicos, estas mudanças se expressam na criação de um Terceiro Setor para o qual a oferta de serviços públicos, de interesse coletivo, também passa a ser destinada, causando grande preocupação entre os pesquisadores da área, já que a oferta destes serviços passa a ser assegurada por meio de “parcerias” com instituições da sociedade civil ditas públicas não-estatais, via subvenção pública.

Nesta lógica, a educação, como todo serviço de interesse coletivo, por não mais compor a nova estrutura da administração pública brasileira como “atividade exclusiva de Estado”, se constitui, no Brasil, desde o ano de aprovação

do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado – PDRAE (1995), em uma oferta de serviço concorrencial entre as esferas pública, privada e a pública não-estatal (Pereira, 1999).

Em suas análises sobre a criação de um “novo” setor e suas implicações para a garantia de direitos sociais universais, Montaño (2003) destaca que o Terceiro Setor constitui, hoje, a nova resposta do capital aos problemas sociais do mundo. Trata-se de uma estratégia ideológica de substituição do papel do Estado na oferta dos serviços sociais, a partir de políticas de descentralização e de transferência desta oferta para o setor privado, configurado em Organizações Não-Governamentais (ONGs), ou Organizações Sociais (OS), nas quais a perspectiva de luta e confronto entre capital/trabalho é substituída pelo princípio da “parceria” entre classes com supostos interesses comuns.

No campo da educação, a política das PPP tem desafiado os pesquisadores no desvelamento de suas bases teórico-políticas e no enfrentamento de suas implicações para a garantia da educação como direito público. Adrião (et. al., 2018), analisando as recentes políticas de parcerias implementadas no Brasil no campo educacional, é enfática ao afirmar que as mudanças imprimidas na forma de oferta pública dos serviços educacionais, via PPP, expressam a hegemonia dos interesses do capital no setor.

Em suas análises sobre a política das PPP na Educação Básica, a autora conclui que, como nos contratos firmados entre Organizações e governos Estaduais e/ou Municipais esta “parceria” não representa uma contrapartida das OSs para o governo envolvido, e que como para as OSs a contrapartida dos governos são as subvenções (recursos financeiros para a prestação do serviço), o termo “parceria” não se aplica.

Na sua compreensão, o termo utilizado apenas escamoteia um amplo processo de privatização da educação pública, pela oferta do ensino privado, por meio da qual as investidas neoliberais, travestidas de interesses públicos e comuns entre as partes envolvidas, encontraram espaços mais fecundos para sua implantação nos sistemas públicos de educação básica.

Na visão de Montaño (2003), estas políticas se configuram em um grande projeto de desmonte da atividade social estatal, já que a reformulação das responsabilidades sociais do Estado, com a criação do Terceiro Setor, tem promovido uma reversão dos direitos de cidadania no país, exigindo da sociedade e, especialmente das instituições e grupos de pesquisa, estudos mais acurados da política, dada a sua complexidade e os interesses em jogo.

Assegurando a legalidade exigida à oferta dos serviços sociais pela via de PPPs, o governo federal tem construído um forte arcabouço legal-normativo, com efeito indutor nos demais entes da federação, adequando a prestação dos serviços públicos sociais à nova política social do país. Entre elas, destacamos a Lei Nº 11.079/2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública, ara a consecução de finalidades de interesse público e recíproco; e a Lei Nº 13.019/2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as

organizações da sociedade civil (OSC), em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco (BRASIL, 2004; 2014).

## LOCALIZANDO AS PRODUÇÕES ACADÊMICAS SOBRE PPP NA EDUCAÇÃO INFANTIL

O tema das PPPs na Educação Infantil vem ganhando espaço como objeto de estudo dos pesquisadores do campo da política educacional brasileira. Ainda que se trate de um campo novo de estudo, particularmente na educação infantil, os desafios impostos à sociedade brasileira no enfrentamento das forças privatistas que “ganham” terreno nos espaços de disputa pelos recursos públicos da educação, parecem ter aumentado a preocupação dos pesquisadores, conduzindo-os a novos estudos sobre as PPP nesta etapa da Educação Básica.

O Quadro 1 a seguir nos permite uma visão geral de como estão os estudos até então produzidos no país sobre as PPP na Educação Infantil.

**QUADRO 1** Produções Acadêmicas sobre PPP na Educação Infantil, por Região, Instituição e Ano de Defesa

VARÁVEIS	TESE (Nº)	DISSERTAÇÃO (Nº)
REGIÃO	Sudeste (03) Sul (01)	Sul (07)
		Sudeste (14)
		Centro-Oeste (01)
		Nordeste (01)
		Norte (0)
INSTITUIÇÃO VINCULADA	Pública/Estadual (03) Pública Federal (01)	Pública/Federal (10) Pública/Estadual (09) Privada (04)
		2005 (01)
		2009 (02)
		2011 (01)
		2012 (03)
		2009 (01)
		2014 (03)
		2016 (01)
		2015 (02)
		2016 (01)
		2018 (04)
		2019 (04)
		2020 (01)
2023 (01)		
<b>TOTAL</b>	<b>4</b>	<b>23</b>

Fonte: Produzido pela autora

O levantamento realizado sobre as produções na área revela que estes estudos estão concentrados nas Regiões Sul e Sudeste do país, com maior registro em Cursos de Mestrado (23 dissertações) em relação aos Cursos de Doutorado (04 Teses), de Programas de Pós-Graduação em Educação de universidades públicas (23), em relação às privadas (04).

Em um estudo paralelo a este levantamento, observamos que alguns Programas de Pós-Graduação em Educação (PPGE) – em que há Grupos de Estudos e Pesquisa consolidados no estudo de temas relacionados às PPP na Educação Infantil, como “Relação Público-Privada e Educação” e “Privatização da Educação Básica” – têm contribuído sobremaneira para o avanço nos estudos sobre PPP e Educação Infantil, respondendo por um número significativo dos estudos realizados.

Desses programas, destacamos os PPGEs da Universidade Estadual Paulista (UNESP), da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), onde há grupos de pesquisa coordenados por professoras-pesquisadoras nacional e internacionalmente conhecidas por se ocuparem, há décadas, do tema da relação público-privada e educação, assim também como em nível de América Latina, como a Professora Vera Peroni, que é coordenadora do Grupo Nacional de Pesquisa sobre a Relação entre o Público e o Privado na Educação (GPRPPE/UFRGS) e membro da Rede Latino-Americana e Africana de Pesquisadores em Privatização da Educação (ReLAAPPe); a Professora Theresa Adrão, que coordena o Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional (GREPPE/UNICAMP); a Professora Teise Gracia, que desenvolve pesquisas sobre Gestão Educacional no contexto da Privatização da Educação e coordena a Seção GREPPE/Ribeirão Preto; e a Professora Raquel Fontes Borghi, que Coordena o GREPPE/Rio Claro e também é pesquisadora da ReLAAPPe, fato que pode explicar a maior concentração das produções nas regiões sul e sudeste.

Nas Regiões Centro-Oeste e Nordeste, o levantamento realizado na base de dados eleita para este estudo (BDTD) releva a existência de apenas 01 produção (dissertação) em cada uma destas regiões. Na Região Norte, a base de dados mostra a inexistência de produções acadêmicas (0 produção) sobre PPP e Educação Infantil.

Ainda que se trate de um tema relativamente novo no campo das políticas educacionais no Brasil, este fato suscita o debate sobre as fragilidades das instituições superiores de ensino e pesquisa da região no que tange a existência/consolidação de linhas de pesquisa, em seus (poucos) programas de pós-graduação em educação, que se dedicam ao estudo das políticas públicas educacionais voltadas à primeira infância (0-5 anos).

Em relação ao vínculo institucional das produções levantadas (entre Teses e Dissertações), observamos que estas produções estão em maior concentração nas instituições de ensino públicas, que respondem por 19 produções do total de 27 registradas em nosso banco de dados, e também estão vinculadas a diferentes programas de pós-graduação, dos quais se destacam os PPGEs da UFRGS, UNICAMP

e UNESP. Os anos de maior número de conclusão/defesa das produções são 2018 e 2019.

## O QUE DIZEM AS PRODUÇÕES ACADÊMICAS SOBRE AS PPP NA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL?

### O OBJETO DE ESTUDO NAS PRODUÇÕES SOBRE PPP NA EDUCAÇÃO INFANTIL

O Quadro 2 a seguir nos dá uma visão geral dos diferentes objetos de estudo de que têm se ocupado os pesquisadores sobre o tema das PPP na Educação Infantil.

**Quadro 2** Eixos de análise nas Produções Acadêmicas sobre PPP na Educação Infantil

TIPO DE DOCUMENTO	EIXOS DE ANÁLISE
TESE	Qualidade da oferta
	Gestão Escolar
	Controle Social
	Direito à educação
DISSERTAÇÃO	
	Qualidade da oferta
	Recursos financeiros
	Contratos/Convênios
	Trabalho Docente
	Material Apostilado

**Fonte:** Elaborado pela autora

Nas produções levantadas, os eixos de análise que mais tem preocupado os pesquisadores sobre o tema das PPP na Educação Infantil são: oferta de matrículas em creches e/ou pré-escolas; condições de trabalho docente nas instituições conveniadas; qualidade da oferta nas instituições parceiras, que se desdobram em infraestrutura das instituições conveniadas e formação docente; controle social dos recursos transferidos às instituições-parceiras; termos de contrato e/ou parcerias com as instituições privadas-conveniadas; e montante dos recursos públicos transferidos a essas instituições para a prestação dos serviços.

De um modo geral, o estudo das produções acadêmicas sobre a lógica das PPPs nos Sistemas Municipais de Ensino (oferta de serviços educacionais públicos via parceria com o setor privado) revela que esse processo vem se dando de duas

formas básicas: 1- pela transferência direta de recursos públicos da educação – destinados à prestação de oferta dos serviços, especialmente voltados para a oferta de matrículas em creches e pré-escolas por instituições privadas (conveniadas sem fins lucrativos) – para as instituições-parceiras e 2- por meio de programas educacionais, criados pelo próprio poder público municipal, mas operacionalizados via parcerias com instituições privadas conveniadas sem fins lucrativos.

Nas análises conclusivas de seus autores, as produções acadêmicas levantadas revelam que a implementação das PPPs na Educação Infantil no Brasil vem apresentando grandes limitações para a garantia da educação na primeira infância como direito público e como política social de qualidade para todos. Nas instituições-parceiras, em particular, essas limitações se expressam em péssimas condições de acesso e permanência com sucesso das crianças nas instituições investigadas, e também no trabalho docente.

### AS LIMITAÇÕES DA POLÍTICA DAS PPPs NA EDUCAÇÃO INFANTIL SEGUNDO OS PESQUISADORES

Do conjunto das limitações da política das PPP na Educação Infantil analisadas nas produções acadêmicas levantadas neste estudo, que se apresentam em diferentes aspectos da política, destacamos algumas com o objetivo de revelar as principais implicações que essa nova dinâmica na prestação de serviços educacionais vem trazendo para a educação infantil como política pública social. As principais limitações destacadas pelos pesquisadores nas produções levantadas estão localizadas:

1- Nas condições (desiguais) de acesso à educação ofertada pelas instituições conveniadas, com cobrança de taxas ou contribuições “voluntárias” de pais e/ou responsáveis das crianças, como revelam os estudos de Susin (2005);

2- Na (má) qualidade da oferta, expressa, significativamente, na precariedade das condições infraestruturais das instituições conveniadas, na falta de habilitação e formação dos professores que atuam nas Organizações-parceiras (Susin, 2009) e nas condições de trabalho dos profissionais (Oliveira, 2013), (Costa, 2014);

3- No controle social (inexistente) da aplicação dos recursos públicos investidos, negligenciados por órgãos de controle como os Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), Ministério Público e Conselho Municipal de Educação dos municípios analisados (Costa, 2018), (Azevedo, 2014);

4- Nas ilegalidades/fragilidades dos Termos de Contratos de Convênio e/ou Parcerias, que incluem OSs com fins lucrativos nas subvenções públicas no “processo de seleção” promovido pelas redes de ensino, que não definem,

claramente, as condições da Rede para as subvenções propostas (Oliveira, 2018), (Parzelon, 2011), (Azevedo, 2014) e

5- Na expansão das matrículas da educação infantil no setor privado, observando-se uma tendência de ampliação do acesso ao fundo público pelas organizações privadas (Parzelon, 2011).

Do conjunto das experiências municipais objeto de análise nas produções levantadas, dois estudos em particular chamam maior atenção porque revelam, na experiência do município em análise (Porto Alegre), a precariedade das condições de trabalho em que professoras, lotadas em creches comunitárias conveniadas, são submetidos no exercício de seu trabalho.

Susin (2009), ao dedicar-se à análise da qualidade da educação infantil de Porto Alegre em creches comunitárias conveniadas, constata que esse atendimento expressa uma história de ausência do Estado na garantia do direito de educação à infância, revelando, como limites dessa qualidade, problemas de habilitação e formação das professoras, além de péssimas condições de trabalho no espaço físico das quatro creches investigadas.

Os estudos de Prunier (2018), ao analisar o trabalho das professoras de educação infantil em instituições parceiras (também no município de Porto Alegre), dedicando-se à compreensão da configuração de seus regimes de trabalhos, nomenclatura de cargos, ao salário e à formação das professoras envolvidas no estudo, conclui que essa parceria “representa pouca valorização, formação e remuneração” das professoras, apresentando-se incompatíveis com a legislação vigente, além de produzir uma ausência de reconhecimento enquanto profissionais de educação infantil.

## CONCLUSÕES

Partindo dos resultados das produções acadêmicas levantadas aqui neste estudo, concluímos que as PPPs na Educação Infantil representam um agravamento das mazelas da educação para a infância no Brasil, já que elas têm ampliado as desigualdades no acesso educacional, além de não representarem melhoria nas condições de oferta, expressa, entre outros aspectos, na precariedade de funcionamento das instituições e na baixa qualidade na formação dos educadores. De outro lado, as PPPs têm imprimido uma outra lógica de oferta de serviços públicos, que parece dispensar controle social nas instituições parceiras, além de representarem destinação de recursos públicos para o setor privado apenas como uma “estratégia de gestão”.

Assim, as PPPs na Educação Infantil impõem o fortalecimento da luta, por toda a sociedade, pela garantia da educação na infância como direito das crianças e como política de Estado. Os desafios impostos exigem que essa luta se expresse na disputa por um fundo público que assegure, de um lado, a ampliação da oferta de matrículas públicas em instituições públicas, e, de outro, uma oferta com condições adequadas de atendimento, o que, por sua vez, não se limita às condições objetivas de realização do trabalho docente, com condições físicas,

materiais e pedagógicas adequadas às especificidades da educação de crianças pequenas (0-5 anos), mas também envolve condições adequadas de emprego aos educadores (regime de contratação, carreira, remuneração, relações de emprego) que impactem positivamente na qualidade dessa oferta.

As limitações da oferta de educação infantil via parcerias apresentadas nas produções acadêmicas levantadas neste estudo são reveladoras de que, longe de representarem eficiência na provisão dos serviços educacionais, as PPPs na EI não apenas revelam um retrocesso nos avanços que a luta dos educadores por uma educação infantil de qualidade, como política pública e como direito das crianças, tem assegurado no país ao longo das últimas décadas, mas também expressam o avanço das forças privatistas no campo educacional, pela transferência de recursos públicos da educação para o setor privado via oferta de matrículas públicas por instituições ditas sem fins lucrativos, revelando o papel mediador do Estado na disputa pelo fundo público.

# The public-private partnerships in early childhood education in Brazil based on academic productions

## ABSTRACT

This text discusses the issue of Public-Private Partnerships (PPP) in Early Childhood Education within the scope of academic productions in Brazil and aims to present the results of these studies, mapping the main findings of research already carried out in the country, and analyzing the implications that this form of public service offer (via partnership between municipal governments and non-profit private institutions) has produced in the field of education of young children (0-5 years old). The research constitutes a documentary study on PPP in Early Childhood Education at the national level, performing a “panoramic” analysis of the studies produced so far on the subject by Brazilian researchers. The study had, as a database for surveying the productions, the Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD). The study reveals that, in the surveyed productions, the axes of analysis that have most occupied researchers on the subject of PPP in Early Childhood Education are: number of enrollments; teaching working conditions; quality of the offer, which unfolds in the infrastructure of partner institutions and teacher training; social control of resources transferred to partner institutions; contract terms and/or partnerships with partner private institutions; and amount of public resources transferred to these institutions for the provision of services.

**KEY WORDS:** public-private partnership. child education. right to education. public policy

# Las asociaciones público-privadas en la educación infantil en Brasil a partir de producciones académicas

## RESUMEN

Este texto aborda la cuestión de las Alianzas Público-Privadas (APP) en Educación Infantil en el ámbito de las producciones académicas en Brasil y tiene como objetivo presentar los resultados de estos estudios, mapeando los principales hallazgos de las investigaciones ya realizadas en el país. y analizar las implicaciones que esta forma de oferta de servicio público (a través de alianzas entre gobiernos municipales e instituciones privadas sin fines de lucro) ha producido en el campo de la educación de los niños pequeños (0-5 años). La investigación constituye un estudio documental sobre las APP en Educación Infantil a nivel nacional, realizando un análisis “panorámico” de los estudios producidos hasta el momento sobre el tema por investigadores brasileños. El estudio tuvo, como base de datos para el levantamiento de las producciones, la Biblioteca Digital de Tesis y Disertaciones (BDTD). El estudio revela que, en las producciones encuestadas, los ejes de análisis que más han ocupado a los investigadores sobre el tema de las APP en Educación Infantil son: número de matrículas; condiciones de trabajo docente; calidad de la oferta, que se despliega en la infraestructura de las instituciones asociadas y en la formación de docentes; control social de los recursos transferidos a las instituciones asociadas; términos de contrato y/o asociaciones con instituciones privadas asociadas; y monto de recursos públicos transferidos a estas instituciones para la prestación de servicios.

**PALABRAS CLAVE:** asociación público-privada. educación infantil. derecho a la educación. política pública

## REFERÊNCIAS

ADRIÃO, M. T.; PERONI, Vera (Org's). **Público e Privado na Educação: novos elementos para o debate**. São Paulo: Xamã, 2008.

ADRIÃO, M. T.; GARCIA, T. (Org's). **Currículo, gestão e oferta da educação básica brasileira: incidências de atores privados nos sistemas estaduais (2005-2015)**. Curitiba-Paraná: CRV, 2018.

ADRIÃO, M. T. et al. **Mapeamento das estratégias de privatização da educação básica no Brasil (2005-15)**, 2018. Disponível em: [https://www.greppe.fe.unicamp.br/pf-greppe/download\\_do\\_e-book.pdf](https://www.greppe.fe.unicamp.br/pf-greppe/download_do_e-book.pdf). Acesso em: 10 ago. 2022.

AZEVEDO, Caroline de Fátima N. de Jesus. **Parcerias entre Municípios Paulistas e Entidades Privadas com fins lucrativos para oferta de Educação Infantil: uma análise dos instrumentos jurídicos adotados**. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro, 2014.

BESSA, Menizza Cícera Fernandes de Oliveira. **A reconfiguração do Direito Constitucional e a ingerência privatista na educação Infantil**. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Uberlândia, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2022.

BORON, Atílio A. **Estadolatria e teorias "estadocêntricas"** (notas sobre algumas análises do Estado no capitalismo contemporâneo (Capítulo 8). In.: Estado, Capitalismo e Democracia na América Latina. Tradução: Emir Sader. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994, p. 243-272.

BRASIL, **Lei Nº 11.079**, de 30 de dezembro de 2004. Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para assuntos jurídicos, 2004.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 13.019**, de 31 de julho de 2014. Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para assuntos jurídicos, 2014.

CASAGRANDE, Ana Lara. **As Parcerias entre o Público e o Privado na Oferta da Educação Infantil em Municípios Médios Paulistas**. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro. Rio Claro: 2012.

COSTA, Beatriz Aparecida da. **O Programa Pro-Creche e atendimento público municipal: um olhar para as condições da oferta de Educação para a Primeira Infância**. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro. Rio Claro: 2014.

\_\_\_\_\_. **Programas de Privatização na Educação Infantil: a atuação do Ministério Público e dos Conselhos de Controle Social**. Tese (Doutorado).

Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro. Rio Claro: 2018.

DOMICIANO, Cássia Alessandra. **O Programa Bolsa Creche nos municípios paulistas de Piracicaba e Hortolândia: uma proposta para alocação de recursos estatais à educação privada?** Dissertação (Mestrado), Universidade Estadual Paulista - UNESP, Instituto de Biociências do Campus de Rio Claro, 2009.

MONTAÑO, C. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social.** São Paulo: Cortez, 2003.

OLIVEIRA, Jaqueline dos Santos. **O atendimento Público e Privado Concessionário na Educação infantil: um olhar sobre as Condições de Oferta.** Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro, 2013.

\_\_\_\_\_. **O Público e o Privado em Políticas de Subvenção Estatal: Programa Bolsa-Creche e “Escuelas Autogestionadas”.** Tese (Doutorado). Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro, 2018.

PARZELON, Giovani. **A Relação Público-Privada na Educação Infantil: um estudo sobre os Convênios com Entidades Privadas na Rede Municipal de Educação de Joinville-SC.** Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2011.

PELLISSON, Cassia Alessandra Domiciano. **A Cogestão dos Centros de Educação Infantil “Nave-Mãe”:** uma Parceria Público-Privada analisada. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2016.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser; GRAU, Nuria Cunill (Org.). **O Público Não-Estatal na Reforma do Estado.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

PERONI, Vera Maria Vidal. As relações entre o Público e o Privado nas políticas Educacionais no Contexto da Terceira Via. **Currículo sem Fronteiras**, v. 13, n. 2, maio/ago. 2013, p. 234-255.

PIRES, Daniele de Oliveira. **A construção histórica da Relação Público-Privada na promoção do direito à educação no Brasil.** Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. RGS, 2015.

PRUNIER, Simone Souza. **A Parceria Público-Privada na Educação Infantil em Porto Alegre: suas implicações para o Trabalho Docente.** Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGEDU. Porto Alegre, BR-RS, 2018.

REIS, Paulo de Tarso da Silva. **Expansão da Educação Infantil no Município de Belo Horizonte por meio da Parceria Público-Privada.** Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação.

RODRIGUES, Bruno da Costa Lucas. **Avaliação do Impacto da Utilização de Parceria Público-Privada para a Construção e Operação de Unidades Municipais de Educação Infantil em Belo Horizonte**. Dissertação (Mestrado) – Fundação Getúlio Vargas (FGV). Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa. Rio de Janeiro, 2015.

SUSIN, Maria Otília Kroeff. **A Qualidade da Educação Infantil Comunitária em Porto Alegre**: estudo de caso em quatro creches conveniadas. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Porto Alegre, BR-RS, 2009.

\_\_\_\_\_. **A Educação Infantil em Porto Alegre**: um estudo das Creches Comunitárias. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Porto Alegre: BR-RS, 2005.

**Recebido:** 02 set 2023  
**Aprovado:** 21 outubro 2023  
**DOI:** 10.3895/rtr.v8n0.17527

**Como Citar:** SILVA, L. C. F.; GUTIERRES, D. V. G. As parcerias público-privadas na educação infantil no Brasil a partir das produções acadêmicas. **Revista Transmutare**, Curitiba, v. 8, e17527, p. 1-16, 2023. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/rtr>>. Acesso em: XXX.

**Correspondência:**

Luizete Cordovil Ferreira da Silva  
lucordovil02@gmail.com

**Direito Autoral:** Este artigo está licenciado sob os termos da licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

